

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.431, DE 2006 (Apenso o PL nº 619 , de 2007)

Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das disposições constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se § 2º ao art. 1º do Substitutivo ao projeto de lei nº 7.431 de 2006, com a transformação do parágrafo único em §1º, com a seguinte redação:

“ Art. 1º

§ 1º

§ 2º Até 1º de janeiro de 2009, na hipótese em que o ente federado subnacional ultrapassar o limite prudencial da despesa total com pessoal, previsto no parágrafo único do Art.22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União efetuará complementação de recursos para que seja atingido o montante referido no caput deste artigo.

JUSTIFICAÇÃO

Quero reapresentar a emenda do Deputado Rogério Marinho, por criar maior proteção fiscal para os estados e municípios, tendo em vista que o projeto ao fixar o piso não apresenta um estudo sobre o impacto financeiro sobre os entes públicos.

O Plano Nacional de Educação-PNE aponta para a necessidade do fortalecimento da função supletiva da União. A consolidação de um piso nacional é medida fundamental para o sucesso do Fundeb. Estados e Municípios podem e devem manter seu equilíbrio fiscal, contando para tanto com a complementação da União, uma vez que há espaço para tanto, dada a relativa queda dos investimentos da União em Educação nos últimos anos.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado Átila Lira
PSB/PI



8AE14F3D56